



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ESPÍRITO SANTO – CAU/ES**

ATA DA 9ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ESPÍRITO SANTO, REALIZADA NO DIA VINTE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DOZE.

- 1 **Início:** 19h30min.....
- 2 **Término:** 22h.....
- 3 **Local:** Four Towers Hotel, sala Atlântico, av. Saturnino de Brito, 1327 – Praia do Canto - Vitória-
- 4 ES.....
- 5 **Presenças:** Arq. e Urb. **Tito Augusto de Abreu Carvalho** (Presidente). **Conselheiros Estaduais:**
- 6 Arq. e Urb. **Ana Paula Rabello Lyra**, Arq. e Urb. **André Luiz de Souza**, Arq. e Urb. **Eduardo**
- 7 **Simões Barbosa**, Arq. e Urb. **José Carlos Neves Loureiro** e Arq. e Urb. **Karlane Tartaglia de**
- 8 **Souza**. **Convidados:** Arq. e Urb. **André Tomoyuki Abe** (conselheiro federal suplente), **Márcia**
- 9 **Mártins Angeli**. **Funcionária:** Gerente Técnica **Sonia Glaci Mareth**.....
- 10 **ITEM I - Abertura dos trabalhos pelo Presidente** - Constatado o “quórum” regimental e após a
- 11 execução do Hino Nacional, o presidente do CAU/ES **Tito Carvalho** declarou abertos os trabalhos.
- 12 **ITEM II - Aprovação da pauta** – O Presidente **Tito Carvalho** submeteu a pauta apresentada em
- 13 votação e é aprovada por unanimidade. **ITEM III –Fiscalização** – O presidente **Tito Carvalho**
- 14 comentou que é um momento muito importante pois estamos modelando a nossa fiscalização e
- 15 solicitou a Gerência Técnica que faça a apresentação sobre a fiscalização. A Gerente Técnica
- 16 **Sonia Mareth** informou que a funcionalidade de fiscalização do Sistema de Informação e
- 17 Comunicação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo - SICCAU agora já está habilitada, até
- 18 então não era possível fazer nada. Explicou que foi feito diagnóstico da Casa Cor para saber as
- 19 atividades dos arquitetos. Esta gerência encaminhou um ofício e após visita técnica foi identificado
- 20 57 profissionais envolvidos, destes, 32 são arquitetos e urbanistas, mas somente 14 fizeram
- 21 Registro de Responsabilidade Técnica - RRT da atividade exercida no espaço. Os demais 25
- 22 profissionais identificados eram decoradores, paisagistas e outros. O CAU/ES solicitou ao CAU/BR
- 23 orientação para conceituar arquitetura de interiores e decoração. Esta resposta foi recebida com
- 24 demora através da orientação técnica CAU/BR nº 13. Explicou que como o CAU/ES ainda não
- 25 possuía a funcionalidade no SICCAU de fiscalização, foi solicitado novamente ao CAU/BR
- 26 orientação sobre como fazer essa fiscalização. Em resposta na semana passada, o CAU/BR
- 27 informou que a funcionalidade da fiscalização já está habilitada. A gerente continua
- 28 contextualizando a fiscalização da Casa Cor, e sugeriu fazer uma ação preventiva para educar e
- 29 orientar, informar que tal evento tem que ter como responsável técnico Arquiteto e Urbanista com
- 30 seus registros regulares, para que no próximo evento não tenhamos esse cenário. Salientou a

31 importância de discutir internamente como conselho, até onde vamos atuar como fiscais, qual vai  
32 ser a abrangência desta fiscalização. O conselheiro **José Carlos Neves Loureiro** comentou que  
33 a fiscalização é uma questão de conceito, que o Conselho tem a função de garantir um produto  
34 de qualidade para que a sociedade não tenha um serviço mal executado. O conselheiro **Eduardo**  
35 **Simões Barbosa** falou que por assumirmos toda essa responsabilidade é a favor de um Exame  
36 de Ordem. A conselheiro **Ana Paula Rabello Lyra** citou o Decreto Nº 5.296 de 2004 que fala da  
37 acessibilidade e prioridade no atendimento, dá função aos conselhos de fazer fiscalização  
38 relacionada a acessibilidade e comenta que precisamos viabilizar isso, sem exorbitar. O presidente  
39 **Tito Carvalho** relatou que em visita ao Conselho Regional de Contabilidade - CRC, dentro do  
40 Projeto CAU/ES Construindo Relações Institucionais, constatou que neste Conselho, no universo  
41 de 10 mil profissionais, só existem 5 fiscais, o que eles consideram um modelo que funciona.  
42 Comentou que apesar do CAU/ES não ter tido condições de dar continuidade na questão da Casa  
43 Cor pela falta da funcionalidade do sistema, o CAU/ES dará continuidade para o próximo ano.  
44 Ressaltou que que cada novo exemplo é uma oportunidade para construir todo um raciocínio. O  
45 conselheiro **José Carlos Neves Loureiro** sugeriu que o CAU/ES não tem que ficar discutindo  
46 qualidade de construção no primeiro momento e sim formação dos profissionais com qualidade.  
47 Questionou o ensino que está sendo ministrado e a formação que está sendo dada. O conselheiro  
48 **Eduardo Simões Barbosa** retornou sobre a questão do Exame de Ordem e afirmou que temos  
49 essa responsabilidade da qualidade da arquitetura e não temos domínio na formação do  
50 profissional. A conselheira **Ana Paula Rabello Lyra** informou que vai participar de um encontro  
51 de ensino de arquitetura onde será discutida a forma de acreditação dos cursos para tentar garantir  
52 um pouco de qualidade e comentou que ao invés de exame de ordem é favorável a reciclagem e  
53 atualização profissional. O conselheiro **Eduardo Simões Barbosa** citou que é uma relação entre  
54 o profissional e a sociedade, tem que ser dada satisfação à sociedade. A conselheira suplente  
55 **Karlane Tartaglia de Souza** falou sobre a demanda de processos e denúncias para a fiscalização  
56 e supôs que a partir do primeiro processo o CAU/ES terá ideia para uma programação maior. O  
57 presidente **Tito Carvalho** questionou a questão financeira pois é preciso uma estrutura para  
58 atendimento às demandas. Exemplificou com algumas questões concretas, de como agir,  
59 mencionadas anteriormente: avaliar a emissão da RRT, mais os projetos (avaliando quais projetos  
60 justificam aquele trabalho); reforço estrutural; e a possibilidade de denúncia. A partir da questão  
61 financeira é possível analisar qual a nossa capacidade. Comentou que compete ao CAU/ES cobrar  
62 e fiscalizar reforçando o caráter técnico e de responsabilidade técnica dos profissionais. A Gerente  
63 Técnica **Sonia Mareth** informou que as etapas seriam notificar o proprietário, verificar a existência  
64 de responsável técnico, de RRT de execução e os projetos. Comentou que o manual de  
65 fiscalização ainda não foi aprovado pelo CAU/BR e está em aberto para contribuições. Solicitou  
66 aos Conselheiros que façam suas contribuições para melhoria do manual e para construção de  
67 um novo modelo de fiscalização. O presidente **Tito Carvalho** comentou que a falta de estrutura  
68 nos fornece a oportunidade de construir esse processo gradativamente, mas é preciso contribuir

69 e aprender como trabalhar com essas ferramentas. Falou que a fiscalização é a grande expressão  
70 do conselho na rua e é primordial pensar no conceito, modelar um processo e implantá-lo. **ITEM**  
71 **IV– Proposta orçamentária 2013** - O conselheiro **José Carlos Neves Loureiro** informou a  
72 aprovação pelo CAU/BR da reformulação orçamentária do CAU/ES de 2012. Já o orçamento de  
73 2013, por ser por centro de custo, tem uma maior complexidade, sendo que o ideal é discutir com  
74 cada comissão para verificar qual o seu planejamento, o plano de trabalho da diretoria,  
75 possibilidade de eventos e seminários. Explicou que para elaboração do orçamento 2013, levantou  
76 os gastos com as sessões plenárias, com as comissões, seminários, CAU nas escolas, Circuito:  
77 CAU/ES, Fórum de Coordenadores e Campanha de Valorização. Sua preocupação é que com o  
78 recurso existente e com as atribuições, hoje, não somos sustentáveis. Reforçou que temos uma  
79 série de questionamentos e precisamos de uma equipe de fiscalização, mas estamos com recurso  
80 apertado. O presidente **Tito Carvalho** ressaltou que foi preciso fechar o orçamento 2013 pois o  
81 ano está terminando e para os trabalhos do ano que vem é necessário o orçamento aprovado  
82 esse ano. Comentou da dificuldade de um conselho novo e inexperiente, em atender ao alto grau  
83 de detalhamento e planejamento exigido no modelo adotado para o orçamento 2013. O  
84 conselheiro **José Carlos Neves Loureiro** apresentou a proposta orçamentária 2013 e esclareceu  
85 que os valores de 2011 repassados para o CAU seriam para instalação. O presidente **Tito**  
86 **Carvalho** explicou que nem todo o dinheiro do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia -  
87 Crea-ES foi repassado para o CAU/ES. **ITEM V – Apresentação da Resolução** – A conselheira  
88 **Ana Paula Rabello Lyra** apresentou a Resolução CAU/BR nº 26 que trata do registro de pessoas  
89 que fizeram a graduação no exterior, seja ela brasileira ou estrangeira. **ITEM VI–Repasse do**  
90 **Cadastro do Crea-ES** - O Presidente **Tito Carvalho** informou que foram encaminhados ofícios e  
91 que não obtivemos resposta e que isso é uma estratégia nacional para se ganhar tempo.  
92 Comentou existiam registrados no Crea-ES aproximadamente 400 empresas e hoje o CAU/ES  
93 possui apenas 85 cadastros no CAU/ES. Considerou que é preciso começar a construir um  
94 entendimento na Plenária e definir os próximos passos. O conselheiro **José Carlos Neves**  
95 **Loureiro** sugeriu o ingresso na justiça e informou dos questionamentos ao CAU/BR. Comentou  
96 que o CAU/BR apresentou um esboço de planejamento estratégico e em seguida mostrou um  
97 cronograma para o seu desenvolvimento, porém o sistema ainda será entregue em modo  
98 experimental, e depois teríamos menos de dez dias para executá-lo e somado a isso, temos todos  
99 o atendimento para emissão das carteiras profissionais, o que é impraticável com a equipe  
100 pequena do CAU/ES. Salientou que foi solicitado em julho ao CAU/BR, uma assessoria jurídica  
101 sobre a questão da transferência da documentação do Conselho Regional de Engenharia e  
102 Agronomia - Crea para o CAU, mas ainda não foi recebida nenhuma orientação. Informou ainda  
103 que pela lei o Crea-ES teria até 31 de janeiro de 2012 para fazer o repasse dos documentos. O  
104 presidente **Tito Carvalho** lembrou que em março teve uma reunião no CAU/BR com todos os  
105 presidentes para definir o que deveria ser feito, se seria questionado judicialmente ou não. Naquele  
106 momento existia uma expectativa para que houvesse um posicionamento institucional

107 nacionalmente e não havendo, a responsabilidade é do CAU/UF. Reforçou que o CAU/ES precisa  
108 definir um posicionamento. Colocado em votação se devemos questionar o Crea-ES judicialmente.  
109 Há uma abstenção, da conselheira **Ana Paula Rabello Lyra** e quatro votos a favor, dos  
110 Conselheiros **Tito Carvalho, José Carlos Neves Loureiro, André Luiz de Souza, Eduardo**  
111 **Simões Barbosa, Karlane Tartaglia de Souza**. O conselheiro **André Tomoyuki Abe** comentou  
112 que existe uma comissão de harmonização que estaria tentando fazer essa ligação entre Conselho  
113 Federal de Engenharia e Agronomia - Confea e CAU. **ITEM VII–Projeto CAU/ES Construindo**  
114 **Relações Institucionais** - O presidente **Tito Carvalho** relatou que já foram enviados ofícios a  
115 diversos órgãos. Em reunião no Conselho Regional de Contabilidade, o presidente deste  
116 comprometeu-se em encaminhar e-mail aos contadores, apresentando o CAU/ES e as atribuições  
117 dos arquitetos e urbanistas conforme a Resolução CAU/BR nº 21/2012. Na reunião com o  
118 Presidente da Assembleia Legislativa foi proposto a elaboração de um seminário para os novos  
119 prefeitos. O presidente **Tito Carvalho** continuou explicando que é preciso modelar um seminário  
120 e apresentá-lo, onde o papel do CAU/ES será de modelagem técnica, Para tal sugeriui a criação  
121 de um grupo de trabalho com Sonia Mareth, André Luiz de Souza, André Tomoyuki Abe e Eduardo  
122 Simões Barbosa, onde Sonia ficou responsável por elaborar esse documento em 15 dias. Relatou  
123 que esteve com o Secretário da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e fez uma apresentação  
124 básica do CAU/ES e solicitou a entrada no Conselho Estadual das Cidades e para isso será  
125 encaminhado um ofício. Solicitou ao Conselheiro Federal Anderson Fioreti Menezes, para  
126 negociar a vinda da diretora geral do CAU/BR Mirna ao CAU/ES, pois temos algumas  
127 possibilidades de integração digital e ela é a mentora desse processo como a possibilidade de  
128 convênio com Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo - TCE-ES através do Geo-Obras  
129 (que é um sistema estadual de controle de obras públicas) e com IGEO/SICCAU. Com isso o  
130 CAU/ES poderá tentar implantar com algumas prefeituras um projeto piloto de fiscalização.  
131 Ressaltou também que o CAU/ES precisa construir possibilidades de posicionamento  
132 regularmente e citou a necessidade de pautar as cidades. O Conselheiro **José Carlos Neves**  
133 **Loureiro** reclamou sobre exorbitância e citou como exemplo um caso em que o CAU/BR não  
134 aceitou um RRT de cargo e função de uma pessoa que trabalha na prefeitura por ganhar menos  
135 que o salário mínimo profissional e informou que o poder público não é obrigado por lei a pagar  
136 salário mínimo profissional, não existindo respaldo legal para o fato. O conselheiro federal suplente  
137 **André Tomoyuki Abe** alertou sobre alguns cuidados que devem ser tomados no posicionamento  
138 de algumas questões. O Conselheiro **José Carlos Neves Loureiro** afirmou que essa discussão  
139 de produção de arquitetura não cabe ao CAU e sim ao IAB. Estrategicamente, até por atribuição,  
140 a discussão da produção de arquitetura das cidades é o objetivo do IAB. O conselheiro federal  
141 suplente **André Tomoyuki Abe** falou do convênio para ser feito entre IAB/ES e CAU/ES e das  
142 limitações legais que temos, mas há um compartilhamento de tarefas e atividades. A conselheira  
143 **Ana Paula Rabello Lyra** comentou que o CAU/ES tem que ter posicionamento, somos um  
144 conselho que é o órgão máximo da profissão e a sociedade entende desta forma. O Conselheiro

145 **José Carlos Neves Loureiro** discordou e opinou que é uma questão muito delicada, que o ideal  
146 seria não criar um atrito político extrapolando sua atribuição já que está representando um serviço  
147 público federal. O presidente **Tito Carvalho** comentou que gostaria de trazer novamente o tema  
148 da exorbitância em exigir o pagamento de salário mínimo profissional para registro de RRT de  
149 cargo e função. O presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Espírito Santo - CAU/ES,  
150 **Tito Augusto Abreu de Carvalho** agradeceu aos presentes e nada mais havendo a tratar,  
151 encerrou a 9ª Sessão Plenária Ordinária e eu, **Joana D’Arc do Sacramento Araújo**, lavrei a  
152 presente ata, que segue assinada por todos mim, pelo presidente e pelos conselheiros no exercício  
153 da titularidade.

Vitória, 20 de novembro de 2012.

Arq. e Urb. **Tito Augusto Abreu de Carvalho**  
Presidente do CAU/ES

**Joana D’Arc do Sacramento Araújo**  
Secretária dos Trabalhos

Arq. e Urb. **Ana Paula Rabello Lyra**  
Conselheira Titular do CAU/ES

Arq. e Urb. **Eduardo Simões Barbosa**  
Conselheiro Titular do CAU/ES

Arq. e Urb. **José Carlos Neves Loureiro**  
Conselheiro Titular do CAU/ES

Arq. e Urb. **Karlane Tartaglia de Souza**  
Conselheira Suplente no Exercício da  
Titularidade do CAU/ES